

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE - FPS

**A RELAÇÃO DAS MÃES COM SEUS FILHOS E SUAS
FILHAS ADOLESCENTES TRANSGÊNEROS/AS
THE RELATIONSHIP OF MOTHERS WITH THEIR
TRANSGENDER ADOLESCENT CHILDREN**

ALINE LINS PEDROSA DE CASTRO
GUSTAVO ROBERTO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO NETO
MARIA ANGÉLICA BEZERRA DE OLIVEIRA

RECIFE

2018

FACULDADE PERNAMBUCANA DE SAÚDE - FPS

**A RELAÇÃO DAS MÃES COM SEUS FILHOS E SUAS
FILHAS ADOLESCENTES TRANSGÊNEROS/AS**

**THE RELATIONSHIP OF MOTHERS WITH THEIR
TRANSGENDER ADOLESCENT CHILDREN**

Projeto de Iniciação Científica (PIC) apresentado
à banca avaliadora da XIV Jornada de Iniciação
Científica do IMIP/
IX Congresso Estudantil da FPS como resultado
do estudo realizado no período de agosto/2017 à
agosto/2018.

Aluna Autora: Aline Lins Pedrosa de Castro

Aluno Colaborador: Gustavo Roberto de Albuquerque Maranhão Neto

Orientadora: Maria Angélica Bezerra de Oliveira

RECIFE

2018

RESUMO

Transgeneridade é uma identidade de gênero caracterizada pela não identificação com o gênero imposto. A crise identitária do adolescente somada aos conflitos da transgeneridade pode resultar em sofrimento. Esta pesquisa descreve a interação de mães com seus (suas) filhos/as transgêneros/as, identifica estas relações afetivas e as dificuldades enfrentadas pela transgeneridade. Realizou-se um estudo de caso coletivo no qual foram identificados conflitos transgeracionais comuns à adolescência que podem se potencializar com a transgeneridade e a não aceitação familiar. Esta aceitação foi encontrada na ONG Mães pela Diversidade que atua como fator de proteção para a família.

Palavras-chave: identidade de gênero; transgênero; adolescência; família; mãe.

ABSTRACT

Transgenderity is a gender identity characterized by non-identification with the imposed gender. The identity crisis of the adolescent added to the conflicts of the transgenderity may result in suffering. This research describes the interaction of mothers with their transgender child, identifies their affective relationships and the challenges of transgenderity. A collective case study was carried out in which transgenerational conflicts common to adolescence were identified as potentialized by transgender identity and non-family acceptance. This acceptance was found in the work of NGO Mães pela Diversidade, that acts as a protection factor for the family.

Keywords: gender identity; transgender; adolescence; family; mother.

INTRODUÇÃO

É na fase da adolescência, 10 aos 24 anos (EISENSTEIN, 2005), que o/a jovem enfrenta uma grande turbulência de conflitos externos e internos em relação à construção de sua personalidade. Sendo esta a fase na qual ele/a começa a definir quem é, quais são os seus valores e quais as direções que deseja seguir na vida (SAVIETTO e CARDOSO, 2006; SCHOEN-FERREIRA, AZNAR-FARIAS e SILVARES, 2003).

Segundo Kimmel e Weiner apud Schoen-Ferreira et al. (2003), os compromissos com os quais as pessoas estão implicadas podem ser resumidos em três atitudes: ideológicas (valores e crenças que guiam as ações); ocupacionais (objetivos educativos e profissionais); e interpessoais (identidade de gênero que influencia as amizades e relacionamentos amorosos). O/A jovem, dentro desse momento de crise que vivencia, começa cada vez mais a se questionar sobre suas atitudes e sobre quem é essa pessoa que está mostrando ao mundo. Ao pensar nessas três atitudes, conclui-se que a terceira, por ser uma atitude que recebe pouca atenção, requer maiores cuidados (SCHOEN-FERREIRA et al., 2003).

Ao analisar a terceira atitude, interpessoal, observa-se a questão de gênero como fator importante na construção identitária. As pessoas associam gênero ao sexo biológico. Sendo ambos construídos socialmente associou-se o aparelho reprodutor dito masculino ao gênero homem e o aparelho reprodutor dito feminino ao gênero mulher. Gênero, por sua vez, é uma construção social que tem por objetivo descrever como homens e mulheres devem se portar socialmente, isto posto, o gênero é o significado cultural assumido pelo corpo (BUTLER, 2003). É importante destacar que existem diversas formas de expressá-lo como, por exemplo, homem ou mulher cisgênero e homem ou mulher transgênero/a (ARAÚJO, 2011).

Teorizar sobre gênero é difícil devido à complexidade do conceito e a tendência de trazê-lo para o campo da experiência pessoal, sem fazer uso da alteridade. Portanto, para estudá-lo, é preciso considerar os processos de subjetivação e levar em conta o fator político, o qual tem sido desconsiderado nas teorizações psicológicas (AZERÊDO, 2010).

A presente pesquisa utilizou como ótica a Teoria *Queer*, que enfatiza os gestos ou modelos analíticos que buscam compreender as incoerências nas relações vistas como estáveis entre sexo, gênero e desejo sexual, resistindo ao modelo da estabilidade proposto pela norma cultural da heterossexualidade enraizada na sociedade (SALEIRO, 2013). Esta teoria parte da premissa da desconstrução de conceitos hegemônicos normatizantes da conduta humana. Judith Butler ganhou espaço a partir do desenvolvimento da teoria da performatividade, na qual ela declara que a repetição dessas normas hegemônicas cria sujeitos resultantes delas.

Sendo assim, aquele/a que não se comporta dentro das normas, acaba sofrendo consequências (COLLING, 2011).

Um desses conceitos normatizantes é a heteronormatividade, a qual objetiva regular modos de viver, os desejos corporais e a sexualidade das pessoas de acordo com o que está socialmente estabelecido para elas, a partir de uma perspectiva determinista que propõe apenas duas possibilidades binárias em relação à anatomia sexual humana: feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY E MEYER, 2011).

Cabe aqui diferenciar transgeneridade de transexualidade; o primeiro conceito diz respeito a uma condição de gênero e não sexual; pessoas transgêneras não passam, necessariamente, por processos de hormonização ou procedimentos cirúrgicos, diferentemente das pessoas transexuais (SOUZA e CÂMARA, 2017). Nas teorias normatizantes e patologizantes que abordam a temática da transexualidade, parece haver um aspecto consensual: o de que existe uma incoerência entre os conceitos de sexo e gênero (ARÁN, ZAHDAFT e MURTA, 2008). Segundo Namaste apud Carrieri (2014), transexuais são indivíduos que nascem em um sexo, mas que se identificam como membro do sexo oposto, tomam hormônios e submetem-se a intervenções cirúrgicas para remodelar a genitália. Em junho de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID 11), a transexualidade sairá da lista de transtornos mentais, como disforia de gênero, e passará para a categoria “condições relacionadas à saúde sexual” (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2018).

Transgeneridade se caracteriza pela não identificação com o gênero imposto no nascimento. A partir deste movimento, os processos das pessoas trans (termo coloquial) irão indicar a condição de cada um (a).

A condição de pessoa trans pode gerar uma incongruência social, fabricada pela heteronormatividade e baseada no modelo patologizante de sexo-gênero, da qual podem surgir dolorosos conflitos identitários que reverberam nos corpos, os quais se embatem com as mesmas normas que os engendram (PEREIRA, 2006).

O fenômeno transexual, assim como o transgênero, não tem idade para se manifestar. Existem relatos de crianças, adolescentes e adultos se descobrindo como transexuais (OLSON, FORBES e BELZER, 2011). A crise identitária do adolescente somada aos conflitos decorrentes da não aceitação do gênero imposto, pode resultar em enorme sofrimento (OLSON et al., 2011).

A família se caracteriza como instituição de apoio psicossocial ao/a jovem, interferindo diretamente na forma como este/a lidará com seus conflitos interpessoais de gênero (OLSON et al., 2011).

Ao desempenhar um papel positivo na vida do/a adolescente transgênero/a, a família promove um bem-estar positivo, dando ao/a jovem maior possibilidade de enfrentamento para as dificuldades que possivelmente surgirão em sua vida social, além de auxiliá-lo/a na compreensão de sua identidade de gênero (OLSON et al., 2011).

Dentro desse papel familiar há um destaque às mães. A mãe na atualidade é aquela que sai de casa para contribuir financeiramente nas despesas familiares, mas, ao mesmo tempo, é atribuída socialmente como a principal responsável pelos cuidados infantis e do lar. Segundo Hall e Louro apud Almeida (2007), ser mãe e profissional é assumir identidades múltiplas, construídas socialmente e em permanente processo de mudança. Em pesquisas, as mães se destacaram no desempenho de um papel positivo na vida do/a filho/a, facilitando o processo de revelação da condição transgênera destes/as jovens (GONZÁLEZ e LEAL, 2011; WREN, 2002).

Deste modo buscou-se entender, na presente pesquisa, como a relação afetiva entre mãe e filho/a influencia no processo da transgeneridade na adolescência. A partir dessa investigação e com o desdobramento dos resultados, foram analisadas as relações afetivas entre mães e filhos/as, as principais dificuldades da transgeneridade na adolescência e a interação das mães em ambientes sociais com seus (suas) filhos/as.

MÉTODO

As mães entrevistadas são moradoras da região metropolitana de Recife, estão vinculadas a instituição *Mães pela Diversidade*, tem pelo menos um/a filho/a adolescente transgênero/a, são maiores de 18 anos e, aceitaram as condições da pesquisa, formalizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa instituição é caracterizada por acolher familiares de pessoas LGBTI que se unem para enfrentar a discriminação com base em condições de gênero e sexual. O acesso a essas mulheres foi estabelecido via instituição, possibilitando uma interlocução direta com as mesmas.

Foi utilizado como princípio metodológico o estudo de caso. As participantes foram selecionadas por estarem dentro dos critérios de inclusão, bem como por se entender que elas possuíam as qualidades esperadas de um bom informante sobre o objeto em questão. O conjunto das entrevistas configurou como um estudo de caso coletivo, sendo este o estudo

conjunto de alguns casos que versem sobre o mesmo fenômeno, possibilitando melhor compreensão, comparações, e aquisição de resultados mais importantes (GALLI, VIEIRA, GIAMI e SANTOS, 2013).

Os dados foram obtidos mediante aplicação individual de uma entrevista semiestruturada. Esta entrevista consiste em uma interação social que tem por objetivo obter dados do/a entrevistado/a por meio de perguntas previamente elaboradas pelo/a entrevistador/a. Porém, outras perguntas podem ser adicionadas, caso o/a entrevistador/a veja necessidade; as perguntas previamente elaboradas também podem ser modificadas. Ou seja, o roteiro da entrevista semiestruturada serve como base para entrevista e não como um guia rígido a ser seguido.

Este é um dos instrumentos mais utilizados nos trabalhos de campo por ser o melhor para a obtenção de dados subjetivos, uma vez que se relacionam com as atitudes, opiniões e valores dos sujeitos entrevistados (BONI e QUARESMA, 2005).

O roteiro da entrevista desta pesquisa, foi dividido em três partes, a saber:

A primeira etapa consistiu em um mapeamento dos dados sócio demográficos das entrevistadas. As perguntas feitas se referiam a idade, gênero, grau de escolaridade, renda familiar e estado civil. "Como é a sua relação com o seu (sua) filho (a)?" "Como você caracteriza a relação de vocês?"

Na segunda etapa as colaboradoras responderam duas perguntas referentes a sua relação afetiva com seu (sua) filho/a, foram solicitadas a caracterizar esta relação: "Como é a sua relação com o seu (sua) filho (a)?" e "Como você caracteriza a relação de vocês?". O foco do/a pesquisador/a foi nos adjetivos que descrevem esta interação. .

A terceira e última etapa da entrevista consistiu em identificar as principais dificuldades da transexualidade relatadas pelos/as filhos/as. As colaboradoras foram solicitadas a responder perguntas referentes ao tratamento social recebido pelos/as mesmos/as: "Quais são as principais dificuldades que seu (sua) filho (a) relata em relação a transexualidade?"; "Em relação ao meio social, como seu (sua) filho (a) é tratado?"; "Como você interage em ambientes sociais com seu (sua) filho (a)?" e "Quando vocês saem juntos (as) como você se sente em relação a forma como as pessoas "enxergam" seu (sua) filho (a)?"

As entrevistas foram gravadas por um aplicativo de celular e transcritas – na íntegra e literal – pelos pesquisadores. A discussão dos dados obtidos foi feita à luz da Teoria *Queer* de Judith Butler.

O projeto desta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Pernambucana de Saúde (CAAE 79967517.2.0000.5569). Foram seguidas todas as diretrizes preconizadas pela Resolução N°510/16, do Conselho Nacional de Saúde, de 07 de abril de 2016, que regulam a pesquisa envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão analisados trechos relevantes das entrevistas, que foram realizadas pessoalmente, enfatizando a subjetividade de cada uma e tendo em vista os objetivos deste estudo.

L. e P. (letras fictícias), apesar de terem relações diferentes com seus (suas) filhos/as, M. e Y. (letras fictícias), apresentaram discursos em comum quando a temática em questão foi a diferença entre ser gay e ser transexual, aceitação familiar e da sociedade.

L. é uma mulher de 47 anos, divorciada e mãe de uma mulher cisgênero e um homem transgênero, M., de 20 anos. P. é uma mulher de 39 anos, está em um relacionamento homoafetivo há 8 anos e é mãe de uma mulher transgênera, Y. de 18 anos. Ambas possuem renda familiar entre R\$ 3.000,00 e R\$ 3.500,00 e possuem ensino superior completo.

Relação Afetiva

Esta categoria visa identificar as relações afetivas das mães com seus (suas) filhos/as adolescentes transgêneros. Entende-se por relação afetiva aquela compartilhada no âmbito familiar, seja em qualquer configuração, que visa valorizar os seus membros em sua dignidade e subjetividade (MALUF, 2010).

Em estudos anteriores (GONZÁLEZ e LEAL, 2011), ao revelar sua condição transgênera aos pais e mães, os/as filhos/as perceberam uma reação mais violenta por partes dos pais e uma reação mais compreensiva por parte das mães. Portanto, se sentiram mais à vontade em compartilhar primeiramente com a mãe a sua condição. No presente estudo, a presença dos pais não foi citada, porém a importância do suporte da mãe tornou-se evidente.

Corroborando com os resultados de González e Leal (2011), uma pesquisa realizada na Austrália identificou que as primeiras pessoas da família para quem os jovens revelam sua

condição, seja lésbica, gay, bissexual ou transgênera, é para as mães. Wren (2002) identificou as mães como as principais responsáveis por estabelecer a manutenção da comunicação entre os pais e os/as filhos/as, mesmo que por algumas vezes elas mesmas não consigam expressar seus sentimentos por medo de serem julgadas ou por terem dificuldades de verbalizar (WREN, 2002).

No presente estudo observou-se que por serem mães solas (ou seja, são as principais responsáveis pela vida do/a filho/a e não contam com a participação efetiva de um companheiro/a nesta criação), elas apresentam uma maior responsabilidade para compreensão da condição transgênera.

Os conflitos relacionais, nas narrativas transcritas, não só se restringem a condição transgênera, mas estão relacionadas com a condição da adolescência. Por esta fase ser marcada pela construção da personalidade, o/a adolescente começa a identificar e definir quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir na vida, quando essas decisões são diferentes daquilo que a família espera, conflitos podem ser gerados (SAVIETTO e CARDOSO, 2006; SCHOEN-FERREIRA et al., 2003).

L. considera, atualmente, a relação com seu filho boa, porém ressalta que há discordâncias e atritos como em qualquer relação com adolescente.

“Hoje, hoje eu considero boa né, porque mãe e filho atritos têm independente de gênero, atritos sempre tem né. Quer dizer, discordar, até porque é adolescente. Assim, 20 anos eu ainda considero uma cabeça de adolescente.”

“[...] Mas a relação é boa. Quer dizer, ela ficou depois que eu aceitei.”

Ao caracterizar a sua relação com seu filho, L. relata que não conversam sobre as intimidades, apesar de conversarem sobre diversos assuntos.

“A gente conversa sobre vários assuntos, né, não é assim de contar as intimidades, não é. Eu sei que faz muita coisa escondida de mim que eu descubro. É. Ai quando eu descubro dou a bronca né.”

P. considera, atualmente, que a relação com a sua filha melhorou, porém ressalta dificuldades em aceitar a condição transgênera e em se adaptar a esta nova realidade. Ela acredita que sua filha passava muito tempo dentro do quarto por medo de revelar à sua mãe sua identidade de gênero, mas com o passar do tempo, a relação amadureceu, ela tem

aprendido com Y., ambas melhoraram a comunicação e o afeto na relação. P. também relata como foi esse processo de Y. desde sua infância.

“Então, hoje a gente tá bem melhor, to ajudando ela em tudo. Na verdade, faz um ano apenas que ela chegou para mim e disse que ‘realmente, eu sou transexual’. Então, no início foi complicado, muito complicado, e ainda está sendo um pouquinho até a adaptação. Mas com relação a carinho e afeto, hoje está bem melhor. [...] Porque antes ela tinha (...) um espaço, vivia trancada dentro do quarto, entendeu? Com medo, acho com medo de me falar (...) Mas, é... Hoje, eu consigo, assim, assimilar melhor. Aprender, estou aprendendo muita coisa com ela.”

“ [...] Até expulsar de casa, eu expulsei. Mas 40 minutos depois eu disse: Não, você não vai sair da minha casa, você é a minha filha... Mas eu não queria te ver assim... Entendeu? E... fui trabalhando isso em mim (...) porque ele não podia dar um passo que eu reclamava, ele não podia fazer um gesto e eu reclamava, então assim... Ele foi criado muito retraído, eu repreendia demais ele, mesmo sabendo que ele seria gay.”

P. relata que foi difícil aceitar a mudança para o nome social de sua filha, mas que Y. consegue entender, pacientemente, a dificuldade das pessoas em se adaptar a esta mudança, incluindo a mãe. Em alguns dos recortes da narrativa, é possível identificar também que P. troca os pronomes usados para se referir à sua filha.

“Porque é difícil até o nome tá sendo difícil para mim também mudar. Foram 18 anos chamando pelo nome de registro e agora mudando para o nome atual. Então, ela tem toda a paciência, está tendo toda a paciência com relação a toda essa mudança para mim [...]. Porque, assim, até então estou ajudando ela em todo processo de mudança de nome, estou sempre a frente, estou tomando iniciativa de: Não vamos fazer assim, vamos fazer assado. Mas graças a Deus, tá bem melhor hoje, do que alguns anos atrás.”

Ao caracterizar a relação com sua filha, P. relata que atualmente é permeada pelo amor, algo que não era tão claro há alguns anos atrás.

“[...] Está tendo mais amor em nosso relacionamento. Não que nunca teve, mas é... Tantas coisas que a gente viveu, tantos acontecimentos, na nossa vida que a gente se distanciou entre nós duas. E ela por ter tido alguma dificuldade de me mostrar, de me dizer o que realmente... E eu por não aceitar. Então hoje eu posso dizer que nosso relacionamento hoje tem muito mais amor do que alguns anos atrás, do que a adolescência dela. Porque a adolescência é uma fase mais difícil de a gente se adaptar, de a gente entender. (...) agora ela está com 18 anos, ainda está adolescente, porém já está muito mais madura com alguns anos atrás e eu também. Amadureci minhas ideias, amadureci meus pensamentos. E hoje pode dizer que nosso relacionamento é muito mais de amor. Amor, respeito, entendeu?”

Dificuldades da Transgeneridade

Segundo L., M. relata que duas das principais dificuldades relacionadas com a transexualidade que ele enfrenta, é de encontrar profissionais da psicologia que entendam sobre assunto e ter acesso à cirurgia. L. conta que os profissionais de psicologia não se negaram a atender, mas possuíam posturas patologizantes em relação ao tema, impossibilitando o desejo do seu filho em realizar o acompanhamento psicológico.-

“(...) todos os profissionais [de psicologia] que na época a gente procurou, nenhum entendia do assunto, sempre tratavam como... uma... é... coisa congênita né. Uma doença né a ser tratada, ou então diziam que não sabia, ou tinha pessoas que já diziam mesmo que não entendia do assunto e disse que tinham alguém para indicar (...) tratavam da maneira como que eles achavam que deveria tratar e não era o que ele queria. Ele queria alguém que o entendesse e o ajudasse. Mas não era isso que acontecia.”

Em relação ao acesso à cirurgia

“Porque como é uma coisa é... nova, pelo plano não vai, o plano não aceita porque acha que é estética, aí não cobre, né. Pelo SUS é uma

eternidade. E particular o custo é bem alto né. Aí ainda tamo na luta aí juntando dinheiro para fazer particular.”

É comum que a pessoa transgênera seja atendida e estudada através de uma abordagem semelhante a usada com a comunidade LGB (Lésbicas, Gays e Bissexuais) pelas dificuldades similares que enfrentam, como opressão e desaprovação da sociedade. No entanto, a pessoa trans (termo mais coloquial) enfrenta problemas que diferem aos dessa comunidade, como por exemplo, a necessidade de tratamentos médicos para alterar sua apresentação de gênero, processo de hormonização e cirurgia (COOLHART e BERNAL, 2007).

Já a população de adolescentes transexuais é indevidamente atendida e insuficientemente pesquisada, apesar de possuir necessidades de saúde médica e mental específicas. Eles/as apresentam questões significativas de saúde psicossocial e mental, devido aos desafios sociais, físicos e psicológicos enfrentados (OLSON et al., 2011). Os/As jovens transgêneros/as frequentemente são privados (as) do acesso aos serviços de saúde, recursos para cuidar de sua saúde mental, aceitação de cuidadores, colegas, professores e comunidade (COOLHART E BERNAL, 2007). Dadas essas dificuldades, constata-se que muitos/as jovens transgêneros/as enfrentam problemas significativos relacionados a saúde mental incluindo depressão, suicídio, ansiedade, problemas com imagem corporal, abuso de substâncias e estresse pós-traumático (OLSON et al., 2011).

Para dar início ao processo transexualizador, é necessário que o indivíduo receba uma confirmação do diagnóstico de disforia de gênero por um profissional da saúde mental (OLSON et al., 2011) e este diagnóstico, pode resultar em um sentimento de estigma para a pessoa que o recebe, sendo necessário um acompanhamento terapêutico contínuo (COOLHART E BERNAL, 2007). O uso indevido de hormônios e outros medicamentos do processo transexualizador, pode acarretar reações negativas e problemas de saúde, portanto aconselha-se também que haja acompanhamento psicológico nos casos em que não há confirmação do diagnóstico de disforia de gênero.

A cirurgia de redesignação realizada pelo Sistema Único de Saúde possui uma alta demanda, o que faz com que a cirurgia demore muito para acontecer. Além disso, apenas quatro hospitais da rede pública, no Brasil, realizam o procedimento. Não há cobertura por parte dos planos de saúde e o custo desse procedimento, via atendimento particular, pode variar entre 10 a 25 mil reais (GALLI, VIEIRA, GIAMI e SANTOS, 2013).

Ao ser questionada sobre a principal dificuldade que Y. enfrenta por ser uma pessoa trans, P. identifica a falta oportunidades de trabalho.

“[...] Porque assim, ela tem um desejo, ela tem um sonho, ela tem projetos [...]. Porém, estou ajudando de alguma forma, já comprei algumas máquinas, preciso comprar mais... Eu coloquei ela em cursos, porém oportunidade você sabe que não tem, principalmente para mulher trans. Homem [trans] é um pouco mais fácil, mas a mulher trans é muito mais por preconceito, talvez parece que se torna maior. Então, a falta de oportunidade de emprego é o principal obstáculo que ela tem hoje. Entendeu? Então, assim, isso complica para mim porque eu tenho medo, eu tenho medo do que amanhã eu e ela só, medo de amanhã eu possa não estar mais aqui, não estar podendo ajudar, não podendo andar junto com ela e ela não ter uma oportunidade. Porque assim ela precisa pagar os cursos dela, ela precisa caminhar. Cursos ele até faz, mas dependendo de mim, porém ela quer fazer uma faculdade. Eu não consigo pagar agora, no momento. Então assim, para ela, eu estou colocando minhas mãos, assim, todo meu corpo, todos meus pensamentos focados que ela possa melhorar, que ela possa ter oportunidades, mas hoje é a parte mais difícil da transexualidade. A falta de oportunidade no mercado de trabalho.”

González e Leal (2011), também encontraram em seu estudo, dificuldades no mercado de trabalho para pessoas transgêneras. Principalmente porque o nome de registro não corresponde com o gênero com o qual a pessoa se identifica. Há relatos de discriminação pela aparência na hora da contratação, para ser designado a um serviço, por colegas de trabalho ou até mesmo para ser chamado para uma entrevista (GONZÁLEZ e LEAL, 2011).

Foram criadas diferentes políticas de diversidade sexual para empresas com o intuito de combater o preconceito dentro da gestão das organizações, todavia isto não se concretizou por completo e a discriminação ainda se matem enraizada no campo das ideias nas organizações, expressando-se justamente quando se pensa em elimina-la. A pouca concretização da diversidade sexual nas organizações se restringe aos discursos e passam longe das práticas empresariais. Alguns estudiosos afirmam que essas políticas surgiram como uma forma das organizações ganharem vantagem competitiva, sendo a justiça social suprimida a um ponto em que se tornou necessário criar modelos para gerir a diversidade. No

entanto, Herring e Henderson (2011), enfatizam que esses modelos causam poucos efeitos na redução das desigualdades e na inclusão (HERRING e HENDERSON, 2011).

Meio Social

Este objetivo visa descrever a interação social das mães com seus (suas) filhos/as, incluindo a participação da família e dos/as amigos/as, uma vez que a família é uma das responsáveis pelo suporte do conflito psíquico que o/a adolescente vivencia. Ela pode ser caracterizada como instituição de apoio psicossocial ao/a jovem, sendo através dela que o/a adolescente adquire a capacidade de auto regulação, o que implica significativamente na evolução do autoconceito interno. A instituição familiar interfere diretamente na forma como o/a jovem lidará com seus conflitos interpessoais de gênero (OLSON et al., 2011).

Ao desempenhar um papel positivo na vida do/a adolescente transgênero/a, a família promove um bem-estar positivo, dando ao jovem maior possibilidade de enfrentamento para as dificuldades que possivelmente surgirão em sua vida social, além de auxiliar o jovem a compreender sua identidade de gênero. Já uma atitude de rejeição, por exemplo, faz com que os conflitos psicossociais enfrentados pelo/a adolescente transgênero/a se ampliem, influenciando em sua autocompreensão como sujeito sexual e na sua autoestima em ambientes sociais (OLSON et al., 2011).

L. relata que a aceitação da condição transgênera de seu filho por parte dos/as amigos/as dele, não teve nenhum entrave, porém com a família paterna não foi bem assim, principalmente por parte dos parentes mais velhos.

“(...) as pessoas de maneira geral, algumas pessoas da família que não aceitam, pessoas mais velhas, né, fora desse contexto de amigos, amizades deles, tem ainda preconceito. Não digo nem da minha, que a minha família é muito bem resolvida com essas coisas.”

Em relação ao convívio social, P. relata, além do preconceito da sociedade, dificuldades de aceitação da condição transgênera de sua filha por parte de alguns dos membros de sua família, como é o caso de sua mãe e seus irmãos. P. ressalta que ela própria, foi a primeira pessoa a ter preconceito com sua filha.

“Ainda assim um pouco de preconceito e muito. Principalmente o âmbito familiar, porque assim... Eu desde criança não queria, não queria aceitar mesmo vendo meu filho tendo algumas atitudes femininas, tendo algum comportamento que me mostrava quem ele

realmente era. Eu não queria aceitar. Isso foi desde criança até agora. E... Eu fui a primeira a ser preconceituosa com meu próprio filho. Então ele sofreu muito, hoje eu posso dizer a você que meu filho hoje está liberto. Por mim. Mas só que minha mãe não aceita, meus irmãos não aceitam, a única que me apoia na família é a minha irmã. [...]. Apesar que eu tento, eu não vou tentar a aceitação da minha mãe, a aceitação dos meus irmãos, não. Eu acho que o mais importante é eu com em relação a ele entendeu? É eu aceitar, apoiar e fazer de tudo para que ele esteja, para que ela esteja bem.”

Estudos apontam que dentro do contexto parental, um dos momentos mais delicados para esses/as jovens, foi o de revelar para a família sua condição transgênera. De modo geral, os /as filhos/as se sentiram mais a vontade de dividir com suas mães sua condição, do que com seus pais. (GONZÁLEZ e LEAL, 2011).

Em relação ao ciclo de amizade de Y., P. identifica apoio, respeito e carinho por parte dos amigos, mas, assim como ela, alguns ainda não se adaptaram ao nome social. P. relata também a socialização a partir do *Mães pela Diversidade*.

“Todos a aceitam. Desde de quando ele era uma criança, todos os amigos dele e as amigas dele, sempre. Até as próprias famílias dos amigos aceitavam muito mais que eu. Então hoje ele é acolhido de uma forma boa, ótima, posso dizer até de pessoas mais idosas. De vós de amigas, que aceitam ele numa boa. Só não aceitam ainda o nome, a mudança do nome, porque ainda fica difícil você se acostumar, desde criancinha, chamando com um certo nome e até então mudar de uma hora para outra, fica difícil. Mas enfim, eles, a família e amigos dele, todos, nenhum virou as costas para ele. [...] Então assim, com relação a amizade que ele já tinha, já permanecia e já construiu algumas também. Muitas homossexuais, outros gays, muitos transexuais, muitos travestis também, que eu não conhecia e de alguma forma as vezes em algum evento eu vou até do grupo das mães [Mães pela Diversidade]. Elas me apresentam, as mães, ‘essa é fulana, sicrana...’. Mas já estou enturmada até, entendeu?”

As entrevistadas apontam que no tocante a interação social, após seus (suas) filhos/as assumirem ser transgênero/a, existe bastante dificuldade relacionada à postura das mães em ambientes sociais, bem como a conduta da comunidade em relação aos seus filhos (as).

“Não, no começo eu ficava constrangida, eu ficava muito constrangida. Até porque as pessoas que me conhecem sabiam que eu tinha tido duas filhas. E da onde surgiu esse filho agora? Aí perguntavam: ‘cadê fulana?’. Né, e aí era todo um constrangimento” (L).

“Posso dizer a você que eu me sentia envergonhada, eu me sentia constrangida, de alguma forma porque as pessoas olhavam, olham ainda. E sabe? Olham sua filha com desprezo. E muitas vezes eu me senti envergonhada. O início na verdade, com as mudanças, de querer mudar as roupas e eu ficar meio constrangida” (P.)

Em relação a interação, ambas, narram dificuldades para se acostumarem com a nova realidade. Relatam constrangimento, vergonha dos olhares deferidos aos/as filhos/as que precisaram enfrentar. Silva e Cerqueira-Santos (2014) apontam que o não enquadramento das pessoas dentro das perspectivas do imaginário social heteronormativo (associação entre sexo biológico e gênero), gera atos discriminatórios da sociedade. O que não se enquadra nos padrões hegemônicos de gênero fundamentados no binarismo (feminino/masculino), se tornam alvo de preconceito e/ou discriminação em função da sua identidade de gênero gerando atitudes transfóbicas (SILVA e CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

“Mas eu tinha medo que as pessoas falavam. Eu morava em uma comunidade, em um bairro mais simples, então medo do que pudesse acontecer com ele, o que as pessoas iam falar. Porque na verdade, a gente não põe só os nossos preconceitos, a gente pensa no que as pessoas vão falar.” (P.)

O relato das entrevistas corrobora com o que traz Jesus (2013) ponderando que esses atos discriminatórios perpassam por negação aos direitos fundamentais e na dificuldade de acesso à educação, trabalho qualificado, uso de banheiros, além de violências (JESUS, 2013).

Destaca-se que a interação social é fluida e as práticas desenvolvidas nesse campo sofrem mudanças quando há alteração no contexto ao seu redor (GUIMARÃES, 2008). O engajamento das mães em uma ONG que atua como instituição de apoio, se constitui como

uma rede de suporte social, afetivo e político, que tem como implicação a melhoria da relação entre mãe, filho/a e sociedade.

"Mas assim, depois que eu dei a cara a tapa as pessoas já não me faziam tantos questionamentos, por conta do Mães [Mães pela diversidade], aí no Mães a gente se expõe mesmo. E aí tem as redes sociais..." (L.)

" Eu olhava para o lado, olhava para o outro para ver como as pessoas estavam olhando, se estavam olhando... O grupo de mães [Mães pela diversidade] veio para que... Quando eu conheci o grupo de mães foi na parada gay, na parada diversidade. Eu fui e vi as mães passando. E daí depois que conheci o grupo, que eu vi outras histórias né, então aquilo ali mexeu muito comigo e fez com que eu melhorasse, meu comportamento, meus pensamentos também." (P.)

Ribeiro (2005), destaca a importância do suporte social definindo-o como “a existência de ou disponibilidade de pessoas em que se pode confiar, pessoas que nos mostram que se preocupam conosco, nos valorizam e gostam de nós”. A ONG Mães pela Diversidade se apresenta como um suporte social formal pois se apresenta organizado para fornecer assistência as mães e seus (suas) filhos/as, por meio de apoio na identidade social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (RIBEIRO, 2005; SILVA e CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

Cumprindo esse papel, as mães que adentraram na referida instituição podem desenvolver uma nova relação com seu (sua) filho/a a partir do apoio ofertado por outras mães, pelos movimentos sociais em que participam e grupos entre pais/mães e filhos/as. Em estudo realizado por Wren (2002), destacou-se a relutância dos pais e das mães em compartilhar com amigos, demais familiares e sociedade em geral a condição transgênera do/a filho/a. Em contrapartida essas mães, revelam a importância de enfrentar a sociedade para que a condição transgênera seja respeitada de forma ampla, como visto também nas mães entrevistadas nesta pesquisa. A ONG Mães pela Diversidade se torna uma importante agente nesse papel de militância e de compartilhamento social (WREN, 2002).

"Aí perguntavam: “cadê fulana?”. Né, e aí era todo um constrangimento. Mas assim, depois que eu dei a cara a tapa as pessoas já não me faziam tantos questionamentos, por conta do Mães

[Mães pela Diversidade], ai no Mães a gente se expõe mesmo. E ai tem as redes sociais... Só depois do Mães, da novela, foi que né. Só depois do Mães na novela foi que veio a tona explicando o que era trans, porque o caso da menina na novela falou, né."(L.)

Então assim, eu trabalhei, to trabalhando ainda toda essa mudança, não ta sendo fácil, mas eu estou melhor, estou compreendendo mais, entendeu? Então assim, pelo menos, eu estou fazendo minha parte. Estou tentando fazer minha parte. (P.)

Na atualidade as mães relatam orgulho em estar com os/as filhos/as em situações públicas, apesar de perceberem atos preconceituosos e reconhecem que estes sempre existiram. A despeito disso se portam como protetoras dos/as filhos/as em situações vexatórias no meio social.

“É um sentimento de desprezo que as pessoas têm, na verdade. De olhar, de... Não só de desprezo mas de preconceito mesmo. Hoje, como eu disse, estou me adaptando e melhorei muito em relação a isso. Antes eu tinha vergonha, hoje não tenho mais de sair com minha filha. Eu até dou dicas de como ela vai se vestir [...] Hoje eu posso dizer que eu tenho orgulho da minha filha. De ela ter primeiro a paciência da minha rejeição, da minha não aceitação. Vou falar essa palavra, não aceitação. Mas hoje, como eu disse, estou tentando cada vez mais mudar os pensamentos, melhorar e hoje posso dizer que eu tenho orgulho dela. Dela ter essa coragem, que é uma coragem.”(P.)

“[...] Pelos olhares, porque vê, ainda soa estranho né, as pessoas percebem ainda né, outras não. Porque eu já passei por situação das pessoas já achar que é um menino já. Não, é já teve de ser paquerado, né. Então assim, já é... só que enquanto são os olhares eu não posso fazer nada né, fico de boa como se nada tivesse acontecendo a não ser se fosse, ao invés dos olhares fossem palavras de agressão que teria que ser, teria que agir como mãe né?”(L.)

A mãe L. ressalta ainda que o conceito (transgeneridade) é algo novo e que é desconhecido para ela e para a sociedade, justificando, assim, a pouca aceitação.

“(...) eu não conhecia até pouco tempo atrás, até quando, até se descobrir eu não sabia nem que existia, pra mim era somente gay, sapatão, não existia pra mim essa coisa de trans, pra mim trans era algo da cabeça mesmo, que passava por algum transtorno. [...] Só que é, trans era algo que eu nem tinha ouvido falar, era algo novo, imagina, ai pra mim, ai eu fico imaginando, se pra mim foi difícil, nunca ouvi falar, as outras pessoas também né, as outras pessoas também.”(L.)

“A pessoa finge que aceita e a sociedade ainda é muito preconceituosa. Até porque é o novo né. Toda sociedade, quando existem mudanças na sociedade, ela passa um tempo pra se adaptar aquilo ali... E no caso dos trans, eles tão passando por esse momento do novo né.”(L.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se pôde notar que cada uma das mães vivenciam a transgeneridade de seu (sua) filho/a de formas singulares, mas com aspectos em comum, como por exemplo o fato de ambas relatarem conflitos identitários pertencentes a fase da adolescência e que, não necessariamente, dizem respeito a questão da transgeneridade. As entrevistadas também referem que tinham pouco conhecimento sobre o que é ser uma pessoa trans, e por este e outros fatores, apresentaram resistência para aceitar a condição transgênera de seu (sua) filho/a. Mas assim que essa barreira foi eliminada, foi notório o aumento da afetividade dentro da relação, afinal, as genitoras estavam reconhecendo a identidade de seu (sua) filho/a. Já a aceitação por parte do restante da família ainda hoje, tempos depois dos/as adolescentes terem revelado sua identidade de gênero, sofre bastante resistência, assim como na sociedade. As entrevistadas relatam preocupação com as consequências dessa rejeição social.

As dificuldades existentes em relação aos/as adolescentes trans estão vinculadas a entrada no mercado de trabalho, com destaque no quesito sustentabilidade. Este problema é apontado por uma das entrevistadas como algo intrínseco a condição de ser trans, com maior probabilidade para a mulher trans. Outro ponto relatado foi o acesso a saúde, seja pelo difícil

acesso aos procedimentos cirúrgicos voltados a redesignação de genital, como divergências em relação a diferença de gênero com qual cada filho/a se identifica. Seja pela impossibilidade de um atendimento psicológico de forma ética, em combate a transfobia, realizando atendimentos que reforça preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação.

A partir dos resultados desta pesquisa, pôde-se perceber que os maiores embates decorrentes da condição transgênera, entre mães e filhos/as, são consequência da falta de conhecimento do tema por parte das mães. Instituições como o Mães pela Diversidade contribuem para a disseminação deste conhecimento e funcionam também como um grupo de apoio para as mães, agindo assim como um fator de proteção para a família.

Ao realizar esta pesquisa, sentiu-se dificuldade em encontrar artigos científicos brasileiros que abordassem a temática do cuidado parental com a pessoa trans. A partir das entrevistas, percebeu-se falta de preparação dos/as profissionais na área de psicologia no tratamento dessa população. A propagação de pesquisas como esta, faz com que os/as profissionais da área, tenham acesso a mais conhecimentos sobre a temática.

A pesquisa realizada apresentou limitações no que tange a sua população de estudo. Esta era composta por três mães de adolescentes transgêneros/as, que faziam parte da ONG Mães pela Diversidade e que seriam entrevistadas individualmente. Uma das entrevistas foi realizada com a presença do padrasto do adolescente, a pedido da mãe, mesmo após o esclarecimento dos/as pesquisadores/as. Acredita-se que este fator limitou o estudo, pois uma amostra mais significativa e representativa permitiria uma validade externa maior.

Aponta-se como limitação a dificuldade em encontrar estudos que abordassem a temática da relação mãe e filho/a transgênero/a, o que prejudicou a revisão de literatura e analogias com os resultados de outros estudos realizados.

Os resultados obtidos apontam a necessidade para que outras pesquisas sejam realizadas no intuito de aprofundar o tema de forma científica, propagando seus resultados para jovens e seus familiares, bem como de ser útil na organização e execução de políticas públicas de saúde voltadas ao público adolescente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Leila. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia-UFF* (19), Niterói-RJ, 2007, pp. 411-422.
- ARÁN, Márcia; Zaidhaft, Sérgio; Murta, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. *Psicologia & Sociedade* (20), Belo Horizonte-MG, 2008, pp. 70–79.
- ARAÚJO, Jair Bueno de. A desconstrução dos processos identitários dos gêneros sexuais em Judith Butler. *Saber Acadêmico* (11), São Paulo-SP, 2011, pp. 33–38.
- AZERÊDO, Sandra. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. *Revista Estudos Feministas*, (18), Florianópolis -SC, 2010, pp. 175–188.
- BARRETO, Maria José; RABELO, Aline Andrade. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. *Pensando família* (19), Porto Alegre-RS, 2015, pp. 34-42.
- BONI, Valdete; Quaresma, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC* (2), São Carlos-SP, 2005, pp. 68-80.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro-RJ, Editora Civilização Brasileira, 2003 (1990).
- CARRIERI, Alexandre de Pádua; Souza, Eloisio Moulin de; Aguiar, Ana Rosa Camillo. Trabalho, Violência e Sexualidade: Estudo de Lésbicas, Travestis e Transexuais. *Revista de Administração Contemporânea* (18), Rio de Janeiro-RJ, 2013, pp. 78-95.
- COLLING, Leandro. Teoria queer. In: ALMEIDA, Maria Candido Ferreira (Org.). *Mais definições em trânsito*. Salvador: *Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, 2011.
- COOLHART, Deborah; BERNAL, Anibal Torres. Transgender in Family Therapy. *Family Therapy Magazine*, Alexandria, 2007, pp. 36-42.

- EISENSTEIN, Evelyn. Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde* (2), Rio de Janeiro-RJ, Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente/UERJ, 2005, pp. 16–18.
- GALLI, Rafael Alves; VIEIRA, Elisabeth Meloni; GIAMI, Alain; SANTOS, Manoel Antônio dos. *Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (29), Brasília-DF, 2013, pp. 447–457.
- GONZÁLEZ, Electra; LEAL, Ingrid. Aspectos psicosociales, éticos y legales en la atención de adolescentes y jóvenes transexuales. *Cuadernos Medicos Sociales* (51). Santiago, 2011, pp. 80-92.
- GUIMARÃES, Lucas Domingues. A sociabilidade e seus espaços: um estudo histórico a partir de seus intérpretes. Dissertação de Mestrado, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- HERRING, Cedric; Henderson, Loren. From affirmative action to diversity: toward a critical diversity perspective. *Critical Sociology* (38), Chicago, 2012, pp. 629-643.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora* (16), 2013, pp. 101-123.
- MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. *Novas modalidades de família na pós-modernidade*. São Paulo-SP, Atlas, 2010.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OMS divulga nova Classificação Internacional de Doenças (CID 11). Sítio da Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília-DF, 2018. [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875 – acesso em 18 ago 2018]
- OLSON, Johanna; FORBES, Catherine; BELZER, Marvin. Management of the Transgender Adolescent. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine* (165) Michigan, 2011, pp. 171–176.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A Teoria *Queer* e a Reinvenção do corpo. *Cadernos Pagu* (27), Campinas-SP, 2006, pp. 469–477.
- PETRY, Analídia; MEYER, Dagmar. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, v. 10, Porto Alegre-RS, 2011, pp. 193 – 198.
- RIBEIRO, José Luis Pais. Escala de Satisfação com o Suporte Social. *Análise Psicológica* (28), Porto, 1999, pp. 547-558.

- RONDINI, Carina Alexandra; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; TOLEDO, Livia Gonsalves. Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. *Psicologia USP* (28), São Paulo-SP, 2017, pp. 57-71.
- SALEIRO, Sandra Palma. Trans Gêneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de gênero. Tese de doutorado, Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa, 2013.
- SAVIETTO, Bianca Bergamo; CARDOSO, Marta Rezende. Adolescência: ato e atualidade. *Mal-Estar e Subjetividade* (6), Fortaleza-CE, 2006, pp. 15–43.
- SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia* (8), Campinas-SP, 2003, pp. 107–115.
- SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. *Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo* (15), Ribeirão Preto-SP, 2014, pp. 27-44.
- SOUZA, Marcelo Franco; CÂMARA, Alexandre de Aquino. Atendimento para disforia de gênero em terapia cognitivo-comportamental. *Anais do Encontro Internacional de Jovens Investigadores* (1), Fortaleza-CE, 2017
[https://www.editorarealize.com.br/revistas/joinbr/trabalhos/TRABALHO_EV081_MD1_SA143_ID1039_23082017184912.pdf – acesso em 18 ago 2018].
- WREN, Bernadette. ‘I Can Accept My Child is Transsexual but if I Ever See Him in a Dress I’ll Hit Him’: Dilemmas in Parenting a Transgendered Adolescent. *Clinical Child Psychology and Psychiatry* (7), Londres, 2002, pp. 377-397.

Normas de Submissão Cadernos Pagu

cadernos pagu, publicação quadrimestral interdisciplinar, publica artigos inéditos que apresentem contribuições científicas originais; são também publicados debates em torno de textos teóricos relevantes no campo dos estudos de gênero, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial. Publica, ainda, dossiês temáticos, entendidos como conjuntos articulados e heterogêneos de artigos que propiciem reflexão crítica sobre o tema em foco, suas diferentes e divergentes fontes teóricas, conceituais e metodologias de pesquisa.

É particularmente desejável que os artigos enviados para a revista tenham abrangência social e política, isto é, que não se esgotem no tratamento de uma questão isolada do contexto social e das relações políticas, contribuindo assim para que análises específicas apresentem vinculações com questões mais amplas. É recomendado que os colaboradores busquem citar autores de outras procedências que não apenas os do eixo anglo-saxônico, comumente usado como referência para os estudos de gênero, ampliando assim o leque de referências teóricas.

Os artigos submetidos ao *cadernos pagu* devem ser **inéditos**. Não serão aceitos artigos em processo de avaliação por outros periódicos.

O conteúdo dos trabalhos assinados é da exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, assim como a seleção de descritores (palavras-chave).

cadernos pagu tem publicado contribuições das áreas de Antropologia, Sociologia, História, Ciência Política, Letras e Linguística, História da Ciência, Educação e, mais recentemente, ampliado para áreas do Direito, Psicologia, Comunicação, Saúde Coletiva e Serviço Social.

cadernos pagu estimula a publicação de artigos de diferentes áreas disciplinares, desde que estabeleçam uma discussão com as teorias de gênero e feministas, buscando articulações entre gênero e outras diferenças (raça/etnia, cultura, classe, idade/geração, sexualidade e outras).

São bem-vindas contribuições em língua portuguesa, espanhola ou inglesa.

POLÍTICA DE TRADUÇÃO: Os artigos podem ser submetidos em português, espanhol, inglês. Contribuições em português e espanhol serão publicadas no idioma de origem, podendo ser vertidas para o inglês, com custo para o autor, por tradutores indicados pela revista. Contribuições recebidas na língua inglesa serão, necessariamente, traduzidas para o português, com custo para o autor, por tradutores indicados pela revista, e serão publicadas nos dois idiomas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO: São critérios para avaliação e seleção: clareza,

objetividade e correção formal do texto; incluir bibliografia clássica e recente, de modo a contemplar os debates atualmente existentes no campo dos estudos de gênero em torno do tema tratado; apresentar temática relevante e contribuição empírica, teórica e/ou metodológica inovadora em relação ao estado da arte do campo de estudos de gênero; apresentar argumentos consistentes, coerência teórico-metodológica e evidências para sustentar os argumentos.

FORMA DE AVALIAÇÃO: A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Corpo Editorial da revista: Editoria (editora e editora executiva), Comitê Editorial (inclui os editores da revista e pesquisadores reconhecidos, que se reúnem periodicamente para a tomada de decisões, contribuindo de forma ativa na gestão editorial e no fluxo de avaliação); Conselho Editorial (constituído por pesquisadores líderes em suas áreas no Brasil e no exterior, com a função de assessorar a editoria e o comitê editorial) e Conselho Consultivo (formado por avaliadores ad hoc brasileiros e estrangeiros de reconhecida expertise, é responsável por apoiar os editores na tomada de decisão sobre os artigos recebidos, contribuindo assim para a qualidade e o controle científico da revista).

Os artigos recebidos passam por um triplo filtro de avaliação: o primeiro filtro, realizado pela Editoria, é de caráter estritamente formal e avalia se o texto segue as normas editoriais e de apresentação. O segundo filtro, realizado pela Editora, com apoio do Comitê Editorial e do Conselho Editorial, decide se o artigo se adequa ou não ao escopo do *cadernos pagu*. Em caso negativo, elabora uma carta explicando os motivos da rejeição. Em caso positivo, indica nomes de avaliadores ad hoc, sempre doutores e com reconhecida expertise no tema. Finalmente, o terceiro filtro é feito pelo Conselho Consultivo que, a partir de avaliações sempre anônimas (para autores e pareceristas), auxilia a Editora na tomada da decisão final, comunicada mediante uma carta decisória.

A carta decisória enviada pela editoria pode: i) aceitar o artigo para publicação, sem ou com alterações; ii) sugerir que o texto seja reapresentado para avaliação, sempre que feitas revisões substantivas; ou iii) sugerir encaminhamento para outro periódico; iv) negar a publicação.

PRAZOS PARA AVALIAÇÃO: A revista recebe um número cada vez maior de contribuições e tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos. A partir de 2016, temos como meta que o tempo aproximado para uma decisão final seja de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados no primeiro ou segundo filtro, e de 6 meses no caso dos artigos enviados para pareceristas ad hoc. Esse tempo médio é calculado a partir das datas de

submissão e de decisão final quanto à publicação. A situação do artigo pode ser acompanhada pelas/os autoras/es a qualquer tempo por meio da plataforma scielo submission.

Os artigos aprovados serão enviados para diagramação e revisão formal e ortográfica (copy-desk) e devolvidos ao autor para aceite das eventuais sugestões de alteração. Após a aprovação do autor, não serão admitidos acréscimos ou modificações, exceto em casos excepcionais.

Não há taxa para submissão e avaliação de artigos. A tradução de artigos é opcional e deve ser custeada pelos/as autoras/es.

DOSSIÊS - O *cadernos pagu* está aberto a propostas de dossiês temáticos sobre gênero, sexualidade e feminismos enviadas por acadêmicos/as de todas as disciplinas. Os dossiês devem abranger fontes nacionais e estrangeiras, conter no mínimo 30% de autores estrangeiros e incorporar contribuições de diversas instituições e grupos de pesquisa de, no mínimo, três estados brasileiros, preferencialmente para além do eixo Rio-São Paulo. A diversidade regional e a internacionalização são critérios de seleção dos dossiês. O Comitê Editorial compreende que um dossiê não é mero retrato de um campo de pesquisa, estabelecido ou emergente, antes um conjunto articulado e heterogêneo de artigos que propicie reflexão crítica sobre o tema em foco, suas diferentes e divergentes fontes teóricas, conceituais e metodológicas. Propostas de dossiê devem ser encaminhadas diretamente a cadpagu@unicamp.br, contendo **ementa**– com até 700 palavras, com justificativa sobre a relevância histórica e atual do tema para os estudos feministas e de gênero articulados a outras diferenças; as divergências ou tensões contempladas e as contribuições para a expansão, o aprimoramento e/ou aprofundamento da temática–, **lista de autores** com filiação institucional, mini currículos e resumos de 200-250 palavras para cada artigo. Traduções de artigos clássicos ou de referência para a temática que já tenham sido publicados apenas serão incluídas no formato de debate, ou seja, além da autorização à época da publicação é necessário contar com uma apresentação das contribuições frente ao estado da arte do debate por parte das/dos organizadoras/es ou outro autor.

As propostas de dossiê são avaliadas pelo Comitê Editorial com apoio do Conselho Editorial. Aprovadas, seus artigos devem ser submetidos, individualmente, pelas/os autoras/es na plataforma scielo submission e seguem para avaliação ad hoc dos/das pareceristas indicados pela Editora e Comitê Editorial. O conjunto dos artigos deve ser submetido para avaliação com, no mínimo, seis meses de antecedência à data prevista para publicação.

É desejável que dossiês sejam publicados integralmente em versão bilíngue – português ou espanhol e inglês, seguindo a política de tradução da revista.

A revista adota o sistema Turnitin para identificação de plágio.

Forma e preparação de manuscritos

Orientações para colaboradores

Leia atentamente a seção sobre escopo e política editorial da revista.

O nome ou qualquer referência (título de dissertação, tese, ou publicação com indicação de autoria) ao/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Textos que não obedeçam a essas orientações serão devolvidos.

Imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg ou tiff, resolução 300 dpi. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras. As ênfases do autor devem vir em negrito.

Os artigos devem ter até 9000 palavras ou 45000 caracteres (com espaço), incluindo resumo (no máximo sete linhas) e abstract, palavras-chave (no máximo cinco) e título, ambos em português e inglês.

NOTAS

DE

RODAPÉ

Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Strathern, 2006:25-26). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a - 1988b).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO - sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [STRATHERN, Marliyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas-SP, Editora da Unicamp, 2006 (1988)].

CAPÍTULO DE LIVRO - sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem

aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [ALGRANTI, Leila Mezan. Conventos e recolhimentos em Portugal e na América portuguesa: um estudo comparativo sobre instituições de reclusão feminina (séculos XVII e XVIII). In: COVA, Anne; RAMOS, Natália e JOAQUIM, Teresa. (orgs.) Desafios da Comparação: Família, mulheres e gênero em Portugal e Brasil. Oeiras, Celta, 2004, pp.65-88.]

ARTIGOS EM REVISTAS - sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, data, páginas. [CORRÊA, Mariza. Trampas do Traje. *cadernos pagu* (22), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2004, pp.185-200.]

DISSERTAÇÃO E TESES - sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [ALBUQUERQUE, Maria Elisa Vercesi de. Publicidade na TV: o fenômeno da longevidade do garoto Bombril. Dissertação de mestrado, Sociologia, Unicamp, 2000.]

PUBLICAÇÕES EM MEIO ELETRÔNICO—seguir os critérios acima e acrescentar endereço eletrônico e data de último acesso. [PISCITELLI, Adriana. On Gringos and Natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, ano 1, nº1, Brasília, 2004 [http://seer.cfh.ufsc.br/index.php/vibrant/article/viewArticle/241—acesso em 20 ago 2013].

Envio de manuscritos

Os trabalhos devem ser encaminhados à submissão, exclusivamente, pelo ScieloSubmission, nos links <http://www.pagu.unicamp.br/pt-br/instrucoes> e www.scielo.br/cpa

Contato:

Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU - UNICAMP
Caixa Postal 6110
13083.970, Campinas, SP
Fone: (19) 3521.7873 - Fax: (19) 3521.1704
E-mail: cadpagu@unicamp.br

Não há taxas para submissão e avaliação de artigos.